CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIA
Estado do Rio de Janeiro

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2456/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de direito de uso da suíte Microsoft 365 Business Standard, para utilização nos computadores da Câmara Municipal de Itatiaia.

VALOR ESTIMADO: R$ 44.243,51 (Quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos).

INÍCIO DAS PROPOSTAS:	21/08/2026 às 17:00 (horário de Brasília/DF)
FIM DAS PROPOSTAS:	04/09/2026 às 09:59 (horário de Brasília/DF)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA:	04/09/2026 às 10:00 (horário de Brasília/DF)
MODALIDADE:	Pregão Eletrônico
TIPO:	Menor Preço
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	Por Item
MODO DE DISPUTA:	Aberto

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIA/RJ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 31.846.918/0001-80, com sede à Av. dos Expedicionários, 205 – Centro – Itatiaia/RJ, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, no modo de disputa **ABERTO,** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, com aplicação subsidiária da Lei Complementar n.º 123/2006 e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de direito de uso da suíte Microsoft 365 Business Standard, para utilização nos computadores da Câmara Municipal de Itatiaia**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão todos os interessados do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a TODAS as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

2.2. O Edital da presente licitação estará disponível para consulta e retirada gratuita, em formato eletrônico, nos seguintes endereços oficiais:

I. Portal Nacional de Contratações Públicas – **PNCP**: https://pncp.gov.br
II. Bolsa Nacional de Compras – **BNC**: https://bnc.org.br
III. Portal de Transparência da Câmara Municipal de Itatiaia: https://cmi.rj.gov.br

2.3.O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.4. Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, conforme Ato Administrativo n.º 017/2026, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica https://bnc.org.br

2.5. A PROPONENTE deverá observar a data e horário previsto para abertura da Sessão Pública, conforme disposto na folha de rosto deste Edital.

2.6. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessa

dos em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico Bolsa Nacional de Compras - BNC, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.6.1. Os interessados em se credenciar na BNC poderão obter maiores informações na página https://bnc.org.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela Central de Atendimento do portal ou pelo e-mail: contato@bnc.org.br

2.7. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar Representantes, mediante a apresentação de Procuração por instrumento público ou particular, **com firma reconhecida**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações nas licitações.

2.7.1. No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade do signatário nomear Procurador, mediante apresentação de cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social em vigor, e, quando se tratar de Sociedade Anônima, da Ata de nomeação do signatário.

2.8. É de exclusiva responsabilidade do usuário, o sigilo da senha.

2.9. O credenciamento da PROPONENTE e de seu Representante Legal junto ao sistema eletrônico, implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.10. O Pregão será conduzido pelo Setor de Licitações da Câmara Municipal de Itatiaia/RJ, com apoio técnico e operacional da BNC, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

2.11. O licitante responsabilizar-se-á, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu Representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara de Itatiaia, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.12. Caberá à licitante interessada em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Câmara ou de sua desconexão.

2.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

2.14. Será concedida prioridade de contratação às ME / EPPs sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

2.15. Não poderão disputar esta licitação:

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.
b) Autor do Anteprojeto, do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Projeto Básico ou do Projeto Executivo, ou empresa da qual o autor do Projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta. O impedimento de que trata esta alínea será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Presidente da Câmara de Itatiaia ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do objeto, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.
g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil,

por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
h) Agente público da Câmara de Itatiaia, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. As vedações de que trata este item estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;
i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.16. É usual que a Administração Pública autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares, ou seja, nas hipóteses em que umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação. Dessa forma, considerando que existem diversas empresas com capacidade para executar o objeto deste Edital, **a Câmara de Itatiaia decidiu por não permitir a participação de consórcio**.

3. DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES:

3.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

3.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

3.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

3.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

3.5. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

3.6. O intervalo mínimo de diferença de valores dos lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,10 (dez centavos).**

3.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

3.8. Caso seja adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa "**aberto**", as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, e a etapa de lances terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

3.8.1. Essa prorrogação, de dois minutos, ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

3.8.2. Não havendo novos lances, na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

3.9. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações, sendo convocados as licitantes, para apresentar lances intermediários.

3.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa "**aberto e fechado**", as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, e a etapa de lances terá duração inicial de **15 (quinze) minutos** e, após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

3.10.1. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

3.10.2. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

3.10.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem "3.10.1", poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

3.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

3.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

3.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

3.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Porém, quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

3.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.16. No caso de equivalência dos valores apresentados, será realizado sorteio automático entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais, na fase fechada, do modo de disputa aberto e fechado.

3.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será pela:

a) Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
b) Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes;
c) Desenvolvimento, pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

d) Desenvolvimento pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

3.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;
b) Empresas brasileiras;
c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
d) Empresas que comprovem a prática de mitigação.

3.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

3.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Câmara.

3.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, que terão acesso ao resultado da negociação.

3.21. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de **2 (duas) horas,** encaminhe a proposta ajustada ao último lance ofertado, após eventual negociação, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos.

3.21.1. Poderá, ainda, a critério do Pregoeiro, ser requisitada a apresentação de documentos complementares, destinados à confirmação da documentação já apresentada, sempre que entender necessário para o esclarecimento ou complementação das informações previstas neste Edital. Nessa hipótese, o prazo para o envio dos referidos documentos será igualmente de até **2 (duas) horas,** contadas da respectiva notificação formal.

3.22. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat, pelo licitante, antes de findo o prazo.

4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA:

4.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, nos termos do art. 63, II da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes e/ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

4.2.1. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.3. Os licitantes encaminharão, por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.5. O licitante deverá proceder o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: descrição do item, valor unitário e valor total; marca, modelo e fabricante, quando couber.

4.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam o licitante.

4.7. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.9.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.10. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o estabelecido neste Edital e, em especial, no Anexo I – Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como disponibilizar as licenças de direito de uso da suíte Microsoft 365 Business Standard, nas quantidades, características, funcionalidades e condições estabelecidas, garantindo sua adequada ativação e utilização durante o período de vigência previsto, promovendo, quando necessário, a imediata regularização, correção ou substituição das licenças disponibilizadas em desconformidade com as especificações exigidas.4.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos e a proposta dos licitantes, **somente após a fase de envio de lances**.

4.13. Para fins de habilitação junto a este Pregão, os licitantes deverão anexar no sistema, os seguintes documentos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade de realizar o objeto da licitação.

4.13.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

a) Documento de Identificação: Deverá ser apresentada cópia do documento de identidade do sócio ou do representante legal da empresa. Caso o representante legal não faça parte do quadro societário, será necessária a apresentação de procuração pública autenticada, conferindo-lhe plenos poderes para representar a empresa no certame.

b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

c) No Caso de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

e) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

f) No caso de sociedade simples: inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

4.13.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.13.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

f) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

4.13.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**.

b.1.) Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

d) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

e) As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) As licitantes ME / EPP, através da apresentação na íntegra da Declaração Única e Simplificada de Informações Socioeconômicas e Fiscais - DEFIS, ficam **dispensadas** da apresentação do Balanço e dos Índices Financeiros exigidos acima, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, art. 27, § 1º, que estabelece que as ME´s e EPP´s optantes pelo Simples Nacional não são obrigadas a apresentar balanço patrimonial e Resolução CGSN nº 140/2018, art. 72, que exige que essas empresas apresentem a DEFIS anualmente

g) Os **MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI** ficam dispensados da apresentação do Balanço Patrimonial e índices financeiros exigidos acima, conforme o art. 18-A, §3º da Lei Complementar n.º 123/2006, que desobriga o MEI a manter escrituração contábil completa, porém DEVERÃO apresentar Certidão de Regularidade Fiscal (DASN-SIMEI) para fins de qualificação econômico-financeira.

4.14. A documentação referente as habilitações fiscal, social e trabalhista poderá ser apresentada em original ou por cópia, anexada no sistema, e somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais ou através de cópia autenticada, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.14.1. Para fins de consulta direta aos documentos de habilitação em processo licitatório, o Certificado de Registro do Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, do Poder Executivo Federal, **PODERÁ** ser apresentado para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista. Para isso, a licitante deve ter todos os níveis cadastrados e estar em situação regular. O Certificado apresentado será verificado e validado pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio junto ao site do SICAF.

4.15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) CERTIDÃO OU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha fornecido, de forma satisfatória, **licenças de uso de software, sistemas, aplicativos ou soluções de tecnologia da informação, preferencialmente em ambiente de computação em nuvem**, em características compatíveis ou similares às do objeto desta licitação, demonstrando aptidão para o fornecimento pretendido.

a.1) O documento deverá estar devidamente assinado por representante legal ou responsável técnico da entidade emitente e conter informações suficientes que permitam aferir a execução adequada do fornecimento, incluindo, no mínimo, a identificação do emitente, a descrição dos materiais fornecidos, o período de execução e a manifestação expressa quanto ao atendimento das especificações e condições contratuais, em conformidade com as exigências do certame e nos termos da Lei nº 14.133/2021.

a.2) Caso necessário, a Câmara poderá solicitar diligências para verificar a veracidade das informações apresentadas no Atestado.

4.16. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) DECLARAÇÃO ÚNICA (conf. modelo no **Anexo III**);

b) DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME / EPP (conf. modelo no **Anexo IV**).

4.17. As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Câmara, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do §1º, art. 43, da Lei Complementar n.º 123/2006.

4.17.1. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste Edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021, sendo facultado à Câmara convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.18. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.19. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida dentro do prazo estipulado no item anterior, será DESCLASSIFICADA do certame.

4.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

5. DA FASE DE JULGAMENTO:

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação, por força do art. 14, III da Lei Federal n.º 14.133/2021, através da Consulta Consolidada de Pessoas Jurídicas do TCU, em https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/, que será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

5.1.2. No caso de haver sanção, a consulta no CNEP também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

5.2. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.3. O licitante poderá ser convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

5.4. Constatada a existência de sanção que impeça o licitante de participação ou contratação, o licitante será reputado inabilitado.

5.5. Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) Contiver vícios insanáveis;
b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Câmara;
e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de **inexequibilidade** das propostas, valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Câmara.

5.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove que:

a) O custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.7.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Câmara, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução do objeto da presente contratação ocorrerá conforme o modelo a seguir, adequado à natureza digital do fornecimento e ao tipo de solução contratada:

6.1. Forma de Execução: As licenças deverão ser entregues de forma eletrônica, por meio de chaves de ativação ou credenciais de acesso a serem encaminhadas ao e-mail institucional compras.licitacao@cmi.rj.gov.br.

6.1.1. A contratada deverá disponibilizar manual de instalação e ativação ou instruções claras para utilização do serviço e, caso necessário, deverá prestar suporte remoto na primeira ativação dos produtos.

6.2. Prazo de Entrega e Ativação: O prazo máximo para entrega das licenças será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da ordem de fornecimento.

6.2.1. A ativação das licenças e o pleno funcionamento dos serviços contratados deverão ocorrer dentro desse mesmo prazo.

6.3. Vigência das Licenças: As licenças deverão ter vigência mínima de **12 (doze) meses** a partir da data de ativação.

6.3.1. Durante todo o período de vigência, deverá estar garantido o acesso contínuo às funcionalidades contratadas, atualizações automáticas e sem custo adicional e suporte técnico, conforme definido no Termo de Referência.

6.4. O fornecedor deverá ser revendedor autorizado da Microsoft, devidamente habilitado a comercializar licenças da linha Office 365. As licenças ofertadas devem atender plenamente aos requisitos técnicos definidos neste Edital e no Termo de Referência.

6.5. A Contratada deverá providenciar, sem ônus para a Câmara Municipal de Itatiaia, a substituição, regularização ou correção imediata de quaisquer licenças que sejam disponibilizadas em desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, que apresentem falhas de ativação ou indisponibilidade, ou que não permitam a utilização dos recursos contratados, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades previstas neste instrumento convocatório.

6.6. As licenças disponibilizadas deverão estar em plena conformidade com todas as especificações e condições estabelecidas neste edital, sendo facultado à Administração recusar, no todo ou em parte, aquelas que não atendam às características, funcionalidades, quantidade ou condições de uso exigidas, hipótese em que a Contratada deverá providenciar, sem ônus para a Câmara Municipal de Itatiaia, a imediata regularização, correção ou substituição das licenças, conforme o caso.

6.7. Toda comunicação referente ao objeto deste Edital deverá ser realizada com a Câmara Municipal de Itatiaia formalmente, por meio do endereço eletrônico: compras.licitacao@cmi.rj.gov.br. Para fins de comprovação, a comunicação por e-mail será considerada como documento formal, válida para o registro de prazos, solicitações, notificações e para a aplicação de penalidades em caso de descumprimento na entrega do objeto. Recomenda-se que a Contratada mantenha registro das mensagens enviadas e recebidas, garantindo a rastreabilidade e a integridade das informações trocadas.

6.8. A empresa contratada deverá OBSERVAR RIGOROSAMENTE O PRAZO ESTABELECIDO PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DAS LICENÇAS, pois seu descumprimento ensejará a abertura de processo administrativo para apuração do atraso na execução do objeto, responsabilização da empresa, com possível aplicação de multa e o descredenciamento da mesma como fornecedora/prestadora de serviços da Câmara Municipal de Itatiaia, pelo período de até 05 (cinco) anos.

6.9. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo Fiscal, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.9.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da perfeita e correta entrega do objeto a que se refere a parcela a ser paga.

6.10. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo Fiscal, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contidas neste Edital e no Termo de Referência.

6.11. O objeto deste Edital poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o solicitado.

6.12. O recebimento, seja ele provisório ou definitivo, não eximirá a contratada de sua responsabilidade civil quanto à solidez e à segurança do objeto contratado, tampouco a desonerará da responsabilidade ético-profissional pela integral e perfeita execução do objeto.

6.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicado à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal pertinente a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.13.1. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.14. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES CIVIS DA CONTRATADA:

- Fornecer as **41 licenças Microsoft 365 Business Standard**, pelo período de 12 (doze) meses, em plena conformidade com as especificações, características e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Fornecer licenças **originais, legítimas e regularmente licenciadas**, garantindo à CONTRATANTE o direito de uso dos produtos durante todo o período de vigência contratado;
- Disponibilizar as licenças de forma **100% digital**, fornecendo as credenciais, chaves, códigos ou demais informações necessárias à ativação e utilização da solução;
- Disponibilizar, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, todas as informações e orientações necessárias para a ativação, instalação, configuração e utilização das licenças;
- Assegurar que as licenças fornecidas correspondam integralmente ao plano **Microsoft 365 Business Standard** contratado, não sendo admitida a substituição por plano de categoria inferior sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- Manter as licenças ativas e plenamente funcionais durante todo o período de vigência da contratação, observadas as condições estabelecidas pelo fabricante;
- Garantir a disponibilização das atualizações, correções e versões dos aplicativos abrangidos pela subscrição durante toda a vigência, conforme disponibilizadas pelo fabricante;
- Disponibilizar os serviços e funcionalidades integrantes do plano contratado, incluindo, conforme as características vigentes da solução, aplicações de produtividade, armazenamento em nuvem, correio eletrônico, ferramentas de comunicação e colaboração e recursos de administração;
- Prestar suporte técnico necessário à ativação, configuração e utilização das licenças, durante toda a vigência contratual, orientando a CONTRATANTE quanto à solução de eventuais problemas relacionados ao licenciamento e ao acesso aos serviços contratados;
- Atender às solicitações da CONTRATANTE relacionadas ao fornecimento, ativação, administração ou regularização das licenças, dentro dos prazos estabelecidos pela fiscalização contratual;

- Corrigir, substituir ou regularizar, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, qualquer licença que apresente irregularidade, inconsistência, indisponibilidade ou incompatibilidade com as especificações contratadas;
- Responsabilizar-se integralmente pela regularidade do licenciamento fornecido, respondendo por eventuais reclamações, questionamentos ou prejuízos decorrentes do fornecimento de licenças não originais, irregulares ou incompatíveis com o objeto contratado;
- Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que possa comprometer a continuidade, disponibilidade ou regularidade dos serviços e licenças contratados;
- Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e demais obrigações decorrentes da execução do objeto, quando aplicáveis;
- Cumprir as determinações da fiscalização e prestar todos os esclarecimentos solicitados, permitindo o acompanhamento e a verificação da execução do objeto;
- Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e mediante prévia autorização da CONTRATANTE, quando exigível;
- Observar, no tratamento de dados pessoais eventualmente realizado durante a execução contratual, as disposições da **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, adotando as medidas necessárias para proteção dos dados a que tiver acesso em razão da contratação;
- Abster-se de utilizar, compartilhar, comercializar ou disponibilizar indevidamente quaisquer informações, credenciais ou dados da CONTRATANTE aos quais tenha acesso em razão da execução do objeto;
- Ao término da vigência contratual, observar as condições de encerramento da subscrição, fornecendo à CONTRATANTE, quando aplicável, as informações necessárias para a adequada gestão dos dados e serviços vinculados às licenças contratadas.

6.15. Obrigações da Contratante

- Emitir a respectiva Nota de Empenho e/ou documento equivalente, autorizando o fornecimento das licenças, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Fornecer à CONTRATADA, quando necessário, as informações e os dados indispensáveis à adequada ativação, configuração e utilização das licenças contratadas;
- Receber e verificar as licenças disponibilizadas pela CONTRATADA, conferindo sua quantidade, validade, funcionalidade e conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, eventuais irregularidades, falhas ou divergências identificadas no fornecimento das licenças, solicitando sua imediata correção ou regularização, quando cabível;
- Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto, por meio de servidor formalmente designado, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, desde que relacionados ao objeto da contratação;

- Efetuar o pagamento à CONTRATADA após o recebimento definitivo do objeto e a comprovação de sua conformidade com as especificações estabelecidas, observadas as condições e os prazos previstos no processo de contratação;
- Recusar, no todo ou em parte, as licenças que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo das demais providências administrativas cabíveis;
- Disponibilizar à CONTRATADA as informações necessárias para o atendimento das solicitações de suporte relacionadas às licenças, resguardadas as informações de caráter sigiloso e os dados pessoais;
- Utilizar as licenças exclusivamente para as finalidades institucionais da Câmara Municipal de Itatiaia, observando os termos e condições de uso estabelecidos pelo fabricante;
- Manter sob sua responsabilidade as credenciais administrativas e demais informações de acesso fornecidas para gerenciamento das licenças, adotando medidas de segurança para evitar acesso não autorizado;
- Comunicar à CONTRATADA qualquer ocorrência que possa comprometer a regularidade ou a continuidade da utilização das licenças durante o período de vigência da subscrição;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, registrando as ocorrências verificadas e adotando as providências necessárias à regularização de eventuais falhas;
- Fornecer à CONTRATADA o acesso às informações necessárias à prestação do suporte técnico, quando solicitado, desde que tais informações sejam pertinentes à solução de problemas relacionados ao objeto;
- Cumprir as demais obrigações previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável à contratação.

7. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

7.1. A efetiva contratação será formalizada por meio de **Nota de Empenho de despesa**, nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste no fornecimento de licenças de direito de uso da suíte Microsoft 365 Business Standard, com disponibilização integral das licenças contratadas, pelo período estabelecido no instrumento convocatório, não resultando da contratação obrigações futuras que demandem a formalização de instrumento contratual específico.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A gestão e fiscalização desta contratação será exercida pela Câmara Municipal de Itatiaia/RJ, por meio de servidores formalmente designados, conforme previsto nos artigos 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de garantir o correto cumprimento das especificações técnicas.

8.4. Da Gestão: A gestão da aquisição caberá ao Setor de Licitações da Câmara Municipal de Itatiaia, responsável pelo acompanhamento da entrega, controle de prazos, verificação da regularidade da contratada e adoção das providências administrativas necessárias ao fiel cumprimento da contratação, inclusive quanto a eventuais ajustes e sanções.

8.5. Da Fiscalização: A fiscalização técnica e administrativa da presente contratação será exercida pela servidora **Denise Sampaio da Silva, matrícula nº 31420**, formalmente designada para essa finalidade, competindo-lhe acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução

do objeto. Caberá ao fiscal atestar o recebimento das licenças, verificar a conformidade da entrega com as especificações do pedido, bem como com os prazos e quantitativos estabelecidos, registrar ocorrências relacionadas à execução, solicitar correções ou substituições quando necessárias e adotar as providências administrativas pertinentes, visando assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

8.5.1. A Câmara Municipal poderá designar, quando necessário, servidores ou profissionais de apoio técnico para auxiliar o Fiscal da contratação na verificação da conformidade dos materiais entregues.

8.6. Comunicação e Rastreabilidade: Toda a comunicação referente à execução do objeto será formalizada por meio de documentos internos, e-mails institucionais ou sistema eletrônico próprio da Câmara Municipal, se disponível, assegurando rastreabilidade, controle e segurança jurídica dos atos administrativos.

8.7. A Contratada deverá manter um canal de atendimento exclusivo e permanente (telefone e e-mail) para atendimento das demandas contratuais.

8.8. Ficam reservados à fiscalização, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no processo administrativo, e tudo o mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus à Contratante, ou modificação do objeto contratado.

8.9. As decisões que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscalizador, através dele, em tempo hábil, para adoção de medidas convenientes.

8.10. A Contratada deverá aceitar, obrigatoriamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários para o correto atendimento da demanda.

8.11. A existência e atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto, às implicações próximas e remotas perante a Câmara ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução do objeto não implicará corresponsabilidade da Câmara Municipal ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato da Câmara Municipal dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

8.12. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais entregues em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.13. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros, em razão da execução do objeto, e a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE, não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade.

8.14. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto, e a inadimplência da CONTRATADA em relação a esses encargos não transferirá à Câmara a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto contratado.

9. DO PAGAMENTO:

O processamento para pagamento, observará a legislação pertinente à legalidade da despesa pública, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, obedecendo o disposto no art. 141 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo das licenças e mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

9.2. O valor a ser pago corresponderá exclusivamente as licenças efetivamente entregues, conforme os quantitativos solicitados e aceitos pela Administração, observadas as condições estabelecidas.

9.3. A Nota Fiscal / Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas fiscais / Faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

9.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

9.5. Quando houver glosa parcial do objeto, a CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal / Fatura com o valor exato dimensionado.

9.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal / Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do Empenho e do órgão contratante; o período respectivo de execução do objeto; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal / Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.7. A Nota Fiscal / Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.8. Previamente à cada pagamento, a Câmara deverá realizar consulta ao SICAF para: verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.8.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

9.8.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.8.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

9.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, quando cabível, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.10.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.11. A Contratada, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. DA IMPUGNAÇÃO E/OU PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial, no endereço: https://bnc.org.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação ao edital deverá ser apresentada exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma do Pregão Eletrônico disponível no endereço https://bnc.org.br, não sendo admitida qualquer outra forma de protocolo.

10.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados por meio da plataforma eletrônica do Pregão, disponível no endereço https://bnc.org.br.

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

10.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DOS RECURSOS:

11.1. Qualquer proponente poderá, no prazo de até **10 (dez) minutos**, após a declaração do vencedor, manifestar a **intenção de recorrer**, de forma motivada e com o registro da síntese de suas razões em campo próprio do Sistema, sendo-lhes facultado apresentar as razões de recurso no prazo de até **03 (três) dias úteis**, ficando os demais, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões **em igual prazo**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, estando assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.1.1. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.2.A falta de manifestação da proponente quanto à intenção de recorrer, na forma e prazo estabelecido neste edital, importará decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à proponente declarada vencedora.

11.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://bnc.org.br.

11.6. A sessão pública compreende, sucessivamente, a abertura das propostas, a etapa de lances e a declaração do vencedor.

11.6.1. A declaração do vencedor compreende a análise da proposta e o julgamento de habilitação, de acordo com as exigências previstas neste Edital.

11.7. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por Representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

11.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações cometidas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.1. Com fulcro na Lei Federal n.º 14.133/2021, a Câmara poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência, que será aplicada exclusivamente pela inexecução parcial do objeto, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor dos itens não entregues, no caso de inexecução parcial do objeto;

c) Multa Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos itens não entregues, no caso de inexecução parcial do objeto, que cause grave dano à Câmara, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público;

d) Multa Compensatória de 30% (trinta por cento) do valor total dos itens homologados, no caso de inexecução total do objeto.

e) Multa Compensatória de 30% (trinta por cento) do valor total homologado, nos casos previstos nos incisos IV, V, VI, VII e VIII do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

f) Impedimento de licitar e contratar, nos casos elencados nos incisos I, II e III do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Itatiaia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos IV, V, VI, VII e VIII do art. 155 da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II e III do artigo supra citado, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.2. As sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de Multa.

12.3. A Multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **60 (sessenta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.4. Na aplicação da sanção de Multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

12.5. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por Comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, **apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir**.

12.6. Caberá **recurso** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar e Contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.7. Caberá a apresentação de **pedido de reconsideração** da aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pela Procuradoria Jurídica da Câmara, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

12.10. Na aplicação das sanções deverão ser considerados: a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Câmara; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as PROPONENTES, desde que não comprometam o interesse da Câmara, a finalidade e a segurança da contratação.

13.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.1.3. A participação da PROPONENTE nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Câmara, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

a) Órgão: 01; **Unidade:** 01.01; **Funcional:** 04.122.0003; **Projeto/Atividade:** 0.022; **Elemento:** 3.3.90.40.00.00.00.00.1500; **Fonte de Recursos:** 00 – Recursos Próprios, da Câmara Municipal de Itatiaia.

13.11. Esclarecimentos adicionais sobre o presente Edital deverão ser solicitados ao Setor de Licitações da Câmara Municipal de Itatiaia, à Av. dos Expedicionários, 205 - Centro - Itatiaia/RJ, ou através do telefone: (24) 3352-2245, ou ainda através do e-mail: compras.licitacao@cmi.rj.gov.br.

13.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro.

13.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I. Termo de Referência.
ANEXO II. Modelo de Proposta.
ANEXO III. Modelo de Declaração Única.
ANEXO IV. Modelo de Declaração para ME / EPP.

Itatiaia/RJ, 20 de agosto de 2026.

Sabrina da Silva Ramos
Chefe do Setor de Licitações

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIA

CNPJ nº 31.846.918/0001-80

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 021/2026

Instrução Normativa SEGES nº 81/2022 | Lei nº 14.133/2021

---

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Órgão:	Câmara Municipal de Itatiaia – CNPJ nº 31.846.918/0001-80
Categoria:	Contratação de serviço comum / serviço de tecnologia da informação
Objeto:	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Licenças do Microsoft Office 365 Business Standard, para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Itatiaia.
Requisitante:	Secretaria Geral da Câmara

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII – Lei nº 14.133/2021)

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de direito de uso da suíte Microsoft 365 Business Standard, destinadas ao atendimento das necessidades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Itatiaia.

O objeto compreende o fornecimento de **41 licenças, pelo período de 12 (doze) meses**, incluindo acesso aos aplicativos e serviços integrantes do plano contratado, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação visa garantir a continuidade e a eficiência das atividades institucionais, mediante disponibilização das ferramentas necessárias para edição de documentos, planilhas, apresentações, comunicação e demais atividades administrativas.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 1º, I – Lei nº 14.133/2021)

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Itatiaia, mediante a disponibilização de licenças de uso do **Microsoft 365 Business Standard**.

A contratação é necessária em razão do término da vigência das licenças atualmente utilizadas, previsto para **27/08/2026**, sendo indispensável a renovação para evitar a interrupção dos serviços e das ferramentas utilizadas pelos servidores no desempenho de suas atividades.

A solução está fundamentada na necessidade institucional identificada no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou a adequação da contratação para assegurar a continuidade, eficiência e produtividade dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS (Art. 40, I – Lei nº 14.133/2021)

As licenças a serem contratadas deverão atender, no mínimo, às seguintes especificações:

Produto: Microsoft 365 Business Standard;

Tipo: licença de uso por subscrição;

Quantidade: 41 (quarenta e uma) licenças;

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da ativação das licenças;

Aplicativos: acesso às aplicações integrantes da suíte Microsoft 365, incluindo, no mínimo, Word, Excel, PowerPoint, Outlook, Access e demais aplicações disponibilizadas no plano contratado, com versões para instalação em computadores e dispositivos compatíveis, bem como acesso às versões web e móveis, quando disponíveis;

Armazenamento em nuvem: OneDrive for Business, com capacidade mínima de 1 TB por usuário, permitindo armazenamento, acesso remoto, compartilhamento e sincronização de arquivos;

Correio eletrônico corporativo: Exchange Online, com serviço de e-mail corporativo e integração com calendário, contatos e demais recursos disponibilizados pela solução;

Comunicação e colaboração: Microsoft Teams, com recursos para comunicação, colaboração, reuniões e videoconferências;

Administração e gerenciamento: disponibilização de painel administrativo online para gerenciamento centralizado de usuários, licenças, serviços e configurações da solução;

Instalação e utilização: possibilidade de instalação e utilização das aplicações em até 5 (cinco) dispositivos compatíveis por usuário, observadas as condições e limitações estabelecidas pelo fabricante;

Atualizações: disponibilização de atualizações de segurança, correções e novas versões dos aplicativos durante todo o período de vigência da subscrição;

Suporte técnico: suporte técnico relacionado à ativação, configuração e utilização da solução, durante toda a vigência contratual, conforme as condições do fabricante e/ou fornecedor.

A solução deverá ser disponibilizada **integralmente em meio digital**, mediante fornecimento das credenciais, informações de acesso e demais mecanismos necessários à ativação e utilização das licenças, acompanhados das orientações necessárias para instalação, ativação e configuração.

As licenças deverão ser **originais, legítimas e regularmente licenciadas**, devendo o fornecedor possuir autorização ou habilitação para comercialização e fornecimento da solução, quando exigida pelo fabricante, garantindo à Administração o direito regular de uso durante todo o período contratado.

A contratada deverá assegurar que as licenças fornecidas correspondam integralmente ao plano **Microsoft 365 Business Standard** contratado, responsabilizando-se pela regularidade do licenciamento e pela manutenção das condições de utilização durante toda a vigência contratual.

5. QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO (Art. 40, § 1º – Lei nº 14.133/2021)

A estimativa de quantitativos para a presente contratação foi elaborada com base no **Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 021/2026**, considerando o número de usuários que necessitam de acesso às ferramentas do **Microsoft 365 Business Standard**, bem como a necessidade de continuidade dos serviços atualmente utilizados pela Câmara Municipal de Itatiaia.

Os quantitativos foram dimensionados com margem de segurança operacional, observando-se o princípio do planejamento previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e as projeções de necessidade institucional.

Os quantitativos abaixo representam a **estimativa máxima para o período de 12 (doze) meses**.

Item	Qtde.	Unidade	Descrição / Especificação	Valor Unitário Estimado
1.	41	Licença	Licença de direito de uso dos softwares pertencentes à suíte Microsoft Office 365, no plano Business Standard, para uso simultâneo em até 5 dispositivos, incluindo suporte técnico, garantia e atualizações pelo prazo de 12 meses.	**1.079,11**

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 40, § 1º, II – Lei nº 14.133/2021)

A execução do objeto da presente contratação ocorrerá conforme o modelo a seguir, adequado à natureza digital do fornecimento e ao tipo de solução contratada:

6.1. Forma de Execução

As licenças deverão ser entregues de forma eletrônica, por meio de chaves de ativação ou credenciais de acesso a serem encaminhadas ao e-mail institucional compras.licitacao@cmi.rj.gov.br.

A contratada deverá disponibilizar manual de instalação e ativação ou instruções claras para utilização do serviço.

Caso necessário, deverá prestar suporte remoto na primeira ativação dos produtos.

6.2. Prazo de Entrega e Ativação

O prazo máximo para entrega das licenças será de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da ordem de fornecimento.

A ativação das licenças e o pleno funcionamento dos serviços contratados deverão ocorrer dentro desse mesmo prazo.

6.3. Vigência das Licenças

As licenças deverão ter vigência mínima de **12 (doze) meses** a partir da data de ativação.

Durante todo o período de vigência, deverá estar garantido o acesso contínuo às funcionalidades contratadas, atualizações automáticas e sem custo adicional e suporte técnico, conforme definido neste Termo.

Toda comunicação formal referente aos serviços estipulados neste Termo deverá ser realizada com a Câmara Municipal de Itatiaia por meio do endereço eletrônico: compras.licitacao@cmi.rj.gov.br. Para fins de comprovação, a comunicação por e-mail será considerada como documento formal, válida para o registro de prazos, solicitações, notificações e para a aplicação de penalidades em caso de descumprimento na execução dos serviços. Recomenda-se que a Contratada mantenha registro das mensagens enviadas e recebidas, garantindo a rastreabilidade e a integridade das informações trocadas**.**

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Art. 40, § 1º, III – Lei nº 14.133/2021)

O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à legalidade da despesa pública, em especial o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos.

O pagamento será realizado em **parcela única, em até 30 (trinta) dias**, após a disponibilização integral das licenças contratadas, o recebimento definitivo do objeto e a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, que verificará a conformidade das licenças disponibilizadas com as especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e no respectivo empenho.

O valor a ser pago corresponderá ao **valor integral das licenças efetivamente disponibilizadas e aceitas pela Administração**, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento que formalizar a contratação.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO (Art. 117 – Lei nº 14.133/2021)

A gestão e fiscalização da execução do objeto serão realizadas por servidores designados formalmente pela Administração, com as seguintes atribuições:

8.1. Do Gestor do Objeto

A gestão do objeto será exercida pelo **Setor de Licitações da Câmara Municipal de Itatiaia**, compreendendo o acompanhamento da disponibilização das licenças, o controle dos prazos de fornecimento e de utilização, a verificação da regularidade documental da contratada e a adoção das providências administrativas necessárias ao adequado cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo empenho.

8.2. Do Fiscal do Objeto

O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto serão realizados pela servidora **Denise Sampaio da Silva, matrícula nº 31420**, devidamente designada para tal finalidade, competindo-lhe acompanhar e verificar a disponibilização das licenças, atestar o recebimento do objeto e conferir sua conformidade com as especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo empenho, registrar eventuais ocorrências, solicitar as correções necessárias e adotar as providências administrativas cabíveis para assegurar o adequado cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 37 e 40 – Lei nº 14.133/2021)

A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço, observados os critérios de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, técnica e econômico-financeira, conforme previsto na legislação vigente e no edital.

9.1. Qualificação Técnica

O fornecedor deverá ser revendedor autorizado da Microsoft, devidamente habilitado a comercializar licenças da linha Office 365. As licenças ofertadas devem atender plenamente aos requisitos técnicos definidos neste Termo de Referência, incluindo compatibilidade com os sistemas operacionais utilizados pela contratante. Comprovação de experiência prévia na comercialização e suporte de licenças Microsoft para instituições públicas ou privadas.

9.2. Conformidade Comercial e Legal

Apresentação de proposta comercial detalhada, com indicação do valor unitário e total das licenças, condições de pagamento, prazos de vigência e eventuais descontos. Regularidade fiscal e jurídica, comprovada por meio da apresentação de certidões e documentos exigidos em edital. Clareza quanto às condições de renovação, cancelamento e escalabilidade das licenças.

9.3. Suporte Técnico e Pós-venda

Oferta de suporte técnico durante o período de vigência das licenças, incluindo esclarecimentos sobre instalação, ativação e gerenciamento das contas de usuário. Disponibilidade de atendimento em português, preferencialmente durante o horário comercial, com canais de comunicação claros (telefone, e-mail, plataforma online). Apoio consultivo para implantação e eventuais ajustes no ambiente do contratante, se necessário.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE (Art. 115 – Lei nº 14.133/2021)

10.1. Obrigações e Responsabilidades Civis da Contratada

Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável:

- Fornecer as **41 licenças Microsoft 365 Business Standard**, pelo período de 12 (doze) meses, em plena conformidade com as especificações, características e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Fornecer licenças **originais, legítimas e regularmente licenciadas**, garantindo à CONTRATANTE o direito de uso dos produtos durante todo o período de vigência contratado;
- Disponibilizar as licenças de forma **100% digital**, fornecendo as credenciais, chaves, códigos ou demais informações necessárias à ativação e utilização da solução;
- Disponibilizar, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, todas as informações e orientações necessárias para a ativação, instalação, configuração e utilização das licenças;
- Assegurar que as licenças fornecidas correspondam integralmente ao plano **Microsoft 365 Business Standard** contratado, não sendo admitida a substituição por plano de categoria inferior sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- Manter as licenças ativas e plenamente funcionais durante todo o período de vigência da contratação, observadas as condições estabelecidas pelo fabricante;
- Garantir a disponibilização das atualizações, correções e versões dos aplicativos abrangidos pela subscrição durante toda a vigência, conforme disponibilizadas pelo fabricante;
- Disponibilizar os serviços e funcionalidades integrantes do plano contratado, incluindo, conforme as características vigentes da solução, aplicações de produtividade, armazenamento em nuvem, correio eletrônico, ferramentas de comunicação e colaboração e recursos de administração;
- Prestar suporte técnico necessário à ativação, configuração e utilização das licenças, durante toda a vigência contratual, orientando a CONTRATANTE quanto à solução de eventuais problemas relacionados ao licenciamento e ao acesso aos serviços contratados;
- Atender às solicitações da CONTRATANTE relacionadas ao fornecimento, ativação, administração ou regularização das licenças, dentro dos prazos estabelecidos pela fiscalização contratual;
- Corrigir, substituir ou regularizar, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, qualquer licença que apresente irregularidade, inconsistência, indisponibilidade ou incompatibilidade com as especificações contratadas;
- Responsabilizar-se integralmente pela regularidade do licenciamento fornecido, respondendo por eventuais reclamações, questionamentos ou prejuízos decorrentes do fornecimento de licenças não originais, irregulares ou incompatíveis com o objeto contratado;
- Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que possa comprometer a continuidade, disponibilidade ou regularidade dos serviços e licenças contratados;
- Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e demais obrigações decorrentes da execução do objeto, quando aplicáveis;
- Cumprir as determinações da fiscalização e prestar todos os esclarecimentos solicitados, permitindo o acompanhamento e a verificação da execução do objeto;
- Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e mediante prévia autorização da CONTRATANTE, quando exigível;
- Observar, no tratamento de dados pessoais eventualmente realizado durante a execução contratual, as disposições da **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, adotando as medidas necessárias para proteção dos dados a que tiver acesso em razão da contratação;

- Abster-se de utilizar, compartilhar, comercializar ou disponibilizar indevidamente quaisquer informações, credenciais ou dados da CONTRATANTE aos quais tenha acesso em razão da execução do objeto;
- Ao término da vigência contratual, observar as condições de encerramento da subscrição, fornecendo à CONTRATANTE, quando aplicável, as informações necessárias para a adequada gestão dos dados e serviços vinculados às licenças contratadas.

A CONTRATADA deverá, ainda, cumprir todas as demais obrigações previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável, bem como aquelas decorrentes da natureza do objeto contratado.

10.2. Obrigações da Contratante

- Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável:
- Emitir a respectiva **Nota de Empenho e/ou documento equivalente**, autorizando o fornecimento das licenças, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Fornecer à CONTRATADA, quando necessário, as informações e os dados indispensáveis à adequada ativação, configuração e utilização das licenças contratadas;
- Receber e verificar as licenças disponibilizadas pela CONTRATADA, conferindo sua quantidade, validade, funcionalidade e conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, eventuais irregularidades, falhas ou divergências identificadas no fornecimento das licenças, solicitando sua imediata correção ou regularização, quando cabível;
- Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto, por meio de servidor formalmente designado, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao adequado cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, desde que relacionados ao objeto da contratação;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA após o recebimento definitivo do objeto e a comprovação de sua conformidade com as especificações estabelecidas, observadas as condições e os prazos previstos no processo de contratação;
- Recusar, no todo ou em parte, as licenças que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo das demais providências administrativas cabíveis;
- Disponibilizar à CONTRATADA as informações necessárias para o atendimento das solicitações de suporte relacionadas às licenças, resguardadas as informações de caráter sigiloso e os dados pessoais;
- Utilizar as licenças exclusivamente para as finalidades institucionais da Câmara Municipal de Itatiaia, observando os termos e condições de uso estabelecidos pelo fabricante;
- Manter sob sua responsabilidade as credenciais administrativas e demais informações de acesso fornecidas para gerenciamento das licenças, adotando medidas de segurança para evitar acesso não autorizado;
- Comunicar à CONTRATADA qualquer ocorrência que possa comprometer a regularidade ou a continuidade da utilização das licenças durante o período de vigência da subscrição;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, registrando as ocorrências verificadas e adotando as providências necessárias à regularização de eventuais falhas;
- Fornecer à CONTRATADA o acesso às informações necessárias à prestação do suporte técnico, quando solicitado, desde que tais informações sejam pertinentes à solução de problemas relacionados ao objeto;
- Cumprir as demais obrigações previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável à contratação.

A CONTRATANTE não responderá por obrigações de natureza trabalhista, tributária, previdenciária, comercial ou quaisquer outras decorrentes da relação entre a CONTRATADA e seus empregados, prepostos ou terceiros por ela contratados.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 156 – Lei nº 14.133/2021)

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a inexecução ou execução irregular do objeto, em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada, na Nota de Empenho e/ou em documento equivalente que formalize a contratação, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, quando cabível.

As sanções administrativas poderão ser aplicadas, observados a gravidade da infração, os danos dela decorrentes e as circunstâncias previstas na legislação, mediante processo administrativo que assegure à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

I – **Advertência**, quando se tratar de infração administrativa de menor potencial ofensivo, nos termos da legislação aplicável;

II – **Multa**, na forma e nos percentuais estabelecidos no instrumento convocatório, quando houver, e/ou nos documentos que formalizem a contratação, observados os limites e critérios previstos na Lei nº 14.133/2021;

III – **Impedimento de licitar e contratar**, quando configuradas as hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV – **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando configuradas as hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e os critérios estabelecidos no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

A aplicação das sanções não afasta, quando cabível, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, nem impede a adoção das demais medidas administrativas e judiciais previstas na legislação.

A CONTRATADA será formalmente cientificada da ocorrência e terá assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 18, § 1º, IX – Lei nº 14.133/2021)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária específica da Câmara Municipal de Itatiaia e disponibilidade orçamentária para o exercício financeiro correspondente.

Dotação Orçamentária Prevista:

04.122 - 3.3.90.40.00.00.00.0 – SERVIÇOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A indicação completa da dotação orçamentária será realizada no momento da emissão da Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO (Art. 105 – Lei nº 14.133/2021)

A efetiva contratação dar-se-á por meio de Nota de Empenho de despesa, por se tratar de licitação com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultam obrigações futuras, nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal de Itatiaia, com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e nos demais princípios que regem a Administração Pública.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Prezados Senhores,

Ref.: Câmara Municipal de Itatiaia - **Pregão Eletrônico n.º 00/2026.**

1.DO OBJETO:

1.1. Apresentamos nossa proposta para a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de direito de uso da suíte Microsoft 365 Business Standard, para utilização nos computadores da Câmara Municipal de Itatiaia**, conforme discriminado no edital da licitação em epígrafe.

1.2. Declaramos conhecer e concordar com todos os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

2. ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

Item	Qtde.	Unidade	Descrição / Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1.	41	Licença	Licença de direito de uso dos softwares pertencentes à suíte Microsoft Office 365, no plano Business Standard, para uso simultâneo em até 5 dispositivos, incluindo suporte técnico, garantia e atualizações pelo prazo de 12 meses.		

Valor Total da Proposta: _____

3.DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

3.1. A validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

3.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da Proposta de Preços, e caso persista o interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIAIA, esta **poderá** solicitar a prorrogação da validade da Proposta por igual prazo.

3.3. As proponentes deverão incluir no valor final ofertado, os custos e despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, bem como o cumprimento das obrigações impostas pelas leis sociais, assim como toda e qualquer taxa e tributo. Desta forma, os valores indicados pela proponente serão sempre finais.

Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, em cumprimento da perfeita entrega dos materiais e prévia verificação da regularidade fiscal da Contratada.

Dados do Sócio/Representante que responderá pela empresa:

Nome: _____

Estado Civil: _____ Profissão: _____

Identidade: _____ Órgão Expedidor: _____ CPF.:_____

Endereço: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Dados Bancários para Pagamento:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Itatiaia/RJ,____de _____de 2026.

_____

Assinatura do Sócio/Representante

(A licitante deverá apresentar a Proposta de Preços em impresso próprio, devidamente datada e assinada).

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA

Ao
Setor de Licitação / CMI/RJ
Ref.: Pregão Eletrônico n.º ___/2026

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n°_____, sediada à _____, por intermédio de seu Representante Legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF n.º _____ e RG n.º _____, que ao final subscreve, **DECLARA EXPRESSAMENTE** a quem interessar possa e para fins de atendimento ao edital em referência, QUE

a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Itatiaia ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

.....

(Data)

.....

(Representante Legal)

(A licitante deverá apresentar a Declaração em impresso próprio, devidamente datada e assinada).

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME / EPP

Ao

Setor de Licitação / CMI/RJ

Ref.: Pregão Eletrônico n.º _____/2026

Prezados Senhores,

A empresa _____, com sede à _____ , inscrita no CNPJ sob o n.º _____, vem, por intermédio de seu (sua) representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARAR**, sob as sanções administrativas para fins do disposto no Edital**,** sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006.

Fica declarado também que a empresa em epígrafe cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como **ME / EPP / MEI** e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45, da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo para a sua participação no presente Certame.

.....

(Data)

.....

(Representante Legal)

(A licitante deverá apresentar a Declaração em impresso próprio, devidamente datada e assinada).